

# ETNOCENTRISMO, RELATIVISMO CULTURAL, RELATIVIZAÇÃO DO RELATIVISMO CULTURAL E UNIVERSALISMO

*ETHNOCENTRISM, CULTURAL RELATIVISM, RELATIVIZATION OF CULTURAL RELATIVISM AND UNIVERSALISM*

*ETNOCENTRISMO, RELATIVISMO CULTURAL, RELATIVIZACIÓN DEL RELATIVISMO CULTURAL Y UNIVERSALISMO*

Paulo Müller Neto<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por finalidade descrever, sinteticamente, questões antropológicas relacionadas à cultura, como o Etnocentrismo, o Relativismo Cultural e sua relativização e o Universalismo. A síntese começa a partir do surgimento da Antropologia em fins do século XVIII, passando por suas inúmeras reformulações ao longo dos séculos XIX e XX até os dias atuais. A pesquisa efetuou-se através da análise e posterior síntese de leituras e captação de trechos de livros, revistas, artigos da *internet* e vídeos do *YouTube*, devidamente referenciados, perfazendo para tanto de uma síntese elencada aos moldes e regras da Ciência e da Metodologia Científica. A pesquisa, de cunho qualitativo, procurou demonstrar como o preconceito, a empáfia e a intolerância culturais marcaram a história da humanidade com dor, sofrimento e humilhação, tanto de ordem física quanto psíquica e moral. Os dados aqui apresentados servem de reflexão para que o leitor possa inferir como, por que e o que fazer no futuro para transformar a humanidade numa sociedade culturalmente mais justa, tolerante e sustentável.

**Palavras-chave:** etnocentrismo; relativismo cultural; relativização; universalismo.

## Abstract

The purpose of this article is to describe, in a synthetic way, anthropological issues related to culture, such as ethnocentrism, cultural relativism and its relativization, and universalism. The synthesis begins with the emergence of anthropology in the late 18th century, passing through its numerous reformulations throughout the 19th and 20th centuries to the present day. The research was carried out through the analysis and subsequent synthesis of readings and excerpts from books, magazines, internet articles, and YouTube videos, duly referenced, resulting in a synthesis listed according to the molds and rules of science and scientific methodology. The qualitative research sought to demonstrate how cultural prejudice, arrogance, and intolerance have marked the history of humanity with pain, suffering, and humiliation, both physically, psychologically, and morally. The data presented here serve as food for thought for the reader to infer how, why, and what to do in the future to transform humanity into a culturally more just, tolerant, and sustainable society.

**Keywords:** ethnocentrism; cultural relativism; relativization; universalism.

## Resumen

El presente artículo tiene por finalidad describir, sintéticamente, cuestiones antropológicas relacionadas a la cultura, como el Etnocentrismo, el Relativismo Cultural y su relativización y el Universalismo. La síntesis comienza a partir del surgimiento de la Antropología en fines del siglo XVIII, pasando por sus inúmeras reformulaciones a lo largo de los siglos XIX y XX hasta los días actuales. La investigación se hizo a través del análisis y posterior síntesis de lecturas y captación de extractos de libros, revistas, artículos de la *internet* y videos de *YouTube*, debidamente referenciados, efectuando para tanto una síntesis con los moldes y reglas de la Ciencia y la Metodología Científica. La investigación, de carácter cualitativo, buscó demostrar como el prejuicio, la soberbia y la intolerancia cultural marcaron la historia de la humanidad con dolor, sufrimiento y humillación, tanto de orden físico como psíquico y moral. Los datos aquí presentados sirven de reflexión para que el lector pueda

---

<sup>1</sup> Graduando em Bacharelado em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: paulomullerneto@gmail.com

deducir cómo, por qué y qué hacer en el futuro para transformar la humanidad en una sociedad culturalmente más justa, tolerante y sostenible.

**Palabras clave:** etnocentrismo; relativismo cultural; relativización; universalismo.

## 1 Introdução

A Cultura humana é algo complexo de ser analisado. Trata-se de uma questão que envolve discussões entre várias Ciências, dentre elas a Antropologia e a Sociologia. Neste artigo será feita uma síntese geral dos problemas enfrentados pelas diversas civilizações ou povos no que tange às questões referentes às diferenças culturais, em âmbito global.

Inicialmente, a discussão será em torno da questão do Etnocentrismo; seu conceito, características, gênese e as consequências negativas para os diversos povos que habitam o planeta. A síntese contará com o enfoque de outras áreas, dentre elas a Psicanálise e a Filosofia da Mente. Mais adiante será abordado como a Antropologia nascente chancelou o etnocentrismo, colocando os europeus num grau de superioridade em detrimento dos povos ditos “atrasados” e primitivos, desvalorizando as culturas destes e abrindo precedentes para que os europeus encontrassem meios para dominar e explorar povos do continente africano e asiático através de uma justificativa humanitária.

Será abordado como o etnocentrismo encontra-se enraizado em várias esferas da convivência humana, gerando atos de racismo, xenofobia, machismo, homofobia e preconceito de classes. Sabe-se que a Antropologia, assim como as demais ciências, se divide em várias correntes teóricas e diferentes abordagens. A pesquisa irá se debruçar em dois momentos distintos: seu surgimento e o posterior questionamento das teorias evolucionistas.

Posteriormente, serão descritas as principais ideias dos antropólogos de ambas as correntes teóricas, desde etnocêntricos como Herbert Spencer e Edward Burnett Tylor até os que questionaram tais ideias, como Franz Boas, Bronisław Malinowski, Claude Lévi Strauss, dentre outros. Finalmente, será visto que em fins do século XX o relativismo cultural também começou a enfrentar críticas, principalmente por defender práticas culturais ditas nocivas. Tal questionamento dará origem a uma nova teoria que tentará relativizar tais práticas culturais, em particular aquelas incapazes de explicar determinados fenômenos culturais, dando origem a uma reformulação do relativismo cultural em prol de uma prática cultural de cunho universalista.

O artigo é um esboço referente à problemática da cultura humana, procurando caminhar nos trilhos da ciência, evitando juízos de valor e questões relativas ao senso comum, a fim de apresentar um tema embasado em teorias próximas da objetividade, validade e fidedignidade,

tendo sempre em mente a concepção de que na ciência não existem verdades absolutas e que os cientistas não sabem tudo.

## 2 Cultura e Etnocentrismo

Com o reconhecimento e consolidação da Sociologia e da Antropologia como ciências no século XIX, muitos aspectos da vida humana tornaram-se foco de estudos. Talvez o assunto que mais atiçou a curiosidade dos primeiros antropólogos tenha sido o conceito de *cultura*. Muitos se perguntavam: O que é cultura? O que faz parte da cultura? Qual seu real significado?

Inicialmente, o conceito de cultura era um tanto obscuro, fazendo com que os primeiros antropólogos o definissem através de um viés baseado em uma junção de ciência, juízo de valor e senso comum. Conforme afirma Gomes (2012), nos primórdios da formação da Antropologia como ciência cultura era um termo sinônimo de erudição. Portanto, naquela época, ser letrado, possuir títulos acadêmicos, produzir obras de arte refinadas era sinônimo de indivíduo culto, isto é, que possuía cultura, dando a entender que os indivíduos que não tinham acesso ao conhecimento formal tivessem menos cultura.

Com o amadurecimento da Antropologia como ciência, a palavra cultura passou a ser e englobar toda produção humana. Segundo Gomes (2012), manifestações artísticas, hábitos de ser e de agir, costumes, crenças, tradições das mais diversas formas, objetos, utensílios, formas de se comportar e se vestir, crenças religiosas, normas, regras, fabricação de artefatos, e conhecimentos orais e escritos transmitidos de um indivíduo para outro, de geração a geração, passaram também a ser sinônimos de cultura.

Todavia, a cultura não é um fenômeno humano homogêneo, nem no tempo nem no espaço. Cada povo tem sua própria cultura, diversa das demais. Perceber os hábitos culturais de determinadas civilizações ou etnias e classificá-las hierarquicamente como umas superiores e outras inferiores é um ato depreciativo e preconceituoso baseado em juízos de valor advindos do senso comum. Esta forma de pensar e categorizar a cultura alheia é descrita pela Antropologia como Etnocentrismo.

Na visão etnocêntrica, o indivíduo usa a sua própria cultura como parâmetro para as demais, depreciando, desvalorizando e inferiorizando toda variação cultural de outras etnias que difere da sua própria cultura. Conforme Zucon e Braga (2013, p. 16-17):

O Etnocentrismo põe como central a forma como um indivíduo vê o mundo e é com base nessa perspectiva que esse indivíduo julga e enxerga as demais culturas. Isso cria conflitos e distanciamentos entre pessoas, grupos e classes sociais e faz com que determinados grupos se considerem melhores e se sintam no direito de menosprezar

o outro. Por exemplo, a noção de progresso é elaborada com base em referenciais que estabelecem um ponto a que todos os povos devem chegar, em termos de desenvolvimento econômico e intelectual.

O etnocentrismo é um fenômeno complexo de se explicar, pois envolve fatores psicológicos e sociológicos. Ainda segundo Zucon e Braga (2013, p. 15),

Observar ou ter contato com hábitos culturais diferentes, distantes dos nossos, gera um “estranhamento”. [...] Refere-se ao olhar que temos para o diferente, que, muitas vezes, pode nos chocar, mas também nos ajuda a compreender a nós mesmos. [...] Ao conhecermos novas culturas, percebemos que as diferenças não significam que “uma cultura é melhor que a outra”, mas que são formas distintas de ver o mundo.

Para se chegar a uma compreensão mais profunda e bem alicerçada sobre a gênese do etnocentrismo faz-se necessário um diálogo multi e interdisciplinar. O cientista social precisa manter um diálogo com outras ciências, numa linguagem interpretativa mais sistêmica, e por isso talvez não consiga atingir resultados e explicações muito robustas, completas e confiáveis. Para tanto, é necessário que a Antropologia dialogue com outras áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Psicanálise, a História e a Sociologia, dentre outras.

Para Freud (1976), por exemplo, sentir-se superior aos outros é uma reação, um mecanismo de defesa do Ego para camuflar, aliviar ou compensar sentimentos de inferioridade que a ele são inerentes. Tais sentimentos de inferioridade podem ser de origem real ou imaginária e todos os indivíduos (a nível micro) e todas as sociedades (a nível macro) carregam-no inconscientemente. Em níveis controlados, esse mecanismo de defesa é normal e até saudável, pois ajuda o sujeito ou as diferentes culturas a lidarem com suas angústias existenciais, sociais e estruturais. Porém, em nível excessivo e obsessivo é responsável por inúmeros tipos de neuroses e/ou conflitos interétnicos (Cloninger, 1999).

O etnocentrismo é uma maneira de um determinado grupo ou etnia afirmar-se como sendo superior ao outro, estabelecendo uma relação hierarquizante a seu favor. Dá-se a impressão de que indivíduos de uma determinada etnia sentem uma necessidade inconsciente de “inventar” argumentos pseudocientíficos com o intuito de inferiorizar os valores culturais de outras etnias.

Também não se pode afirmar que o etnocentrismo é uma atitude exclusiva de apenas alguns grupos culturais. Segundo Ribeiro (2016), o etnocentrismo é universal. Isto quer dizer que todos os povos, civilizações ou etnias possuem atitudes etnocêntricas. De acordo com Zucon e Braga (2013), o etnocentrismo origina-se do estranhamento provocado pelo contato de uma cultura com outra. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, houve um estranhamento entre ambas as partes — dos portugueses em relação aos indígenas e vice-versa.

No século XIX, após a publicação da obra *A Origem das Espécies* pelo cientista inglês Charles Darwin, outro filósofo inglês, Herbert Spencer, de cunho evolucionista, apossou-se dessas ideias para estabelecer uma analogia entre raça e cultura que resultou no “Darwinismo Social”. O Darwinismo Social foi o lema de destaque dos primeiros cientistas sociais da vertente evolucionista. Segundo Costa (2005, p. 66-67),

Tais ideias, transpostas para a análise da sociedade, resultaram no darwinismo social — o princípio a partir do qual as sociedades se modificam e se desenvolvem de forma semelhante, segundo um mesmo modelo e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostraria mais evoluído, mais adaptado e mais complexo.

Spencer afirmava que o nível de capacidade cultural estava atrelado ao fator biológico e afirmava que algumas raças (ou etnias?) eram fenotipicamente superiores às demais.

No mesmo século, o filósofo Auguste Comte, valendo-se de uma premissa também evolucionista, descreveu que as sociedades evoluíam de um estágio teológico, passando para o metafísico e, por fim, atingiam seu ápice evolutivo na sociedade civilizada, supostamente representada pelos países europeus industrializados. Para Comte, a Europa era um exemplo para o mundo de civilidade e elevado grau de evolução cultural. Segundo Paixão (2012, p. 73), Comte alegava que “as transformações da sociedade — assim como da natureza – obedecem a uma ordem evolutiva: do menos desenvolvido ao mais desenvolvido”.

Portanto, para muitos cientistas eurocêntricos de cunho evolucionista algumas culturas, como a dos povos africanos e de algumas regiões da Ásia, não faziam o menor sentido. Julgavam-nos povos tribais e primitivos, dando início a uma série de suposições científicas que culminaram no estereótipo de seres ditos “inferiores” e que deveriam evoluir com uma “ajudinha” dos europeus, mais superiores. É o que relata Costa (2005, p. 67) na seguinte afirmação:

Inspirados nessas concepções evolucionistas, os cientistas sociais estudaram as sociedades tradicionais encontradas na África, na Ásia, na América e na Oceania como “fósseis vivos”, exemplares de estágios anteriores, “primitivos”, do passado da humanidade, [...] que deveriam evoluir em direção a níveis de maior complexidade e progresso na escala da evolução social [...]. A conquista, a dominação e a transformação da África e da Ásia pela Europa exigiam justificativas que ultrapassassem os interesses econômicos imediatos. Assim, a conquista europeia revestiu-se de uma aparência humanitária que ocultava a violência da ação colonizadora e a transformava em “missão civilizadora”.

Desse modo, os europeus exerceram por muitas décadas uma espécie de “exploração institucionalizada”, negando, corrompendo e aculturando os povos nativos da África e da Ásia

e apropriando-se de suas riquezas naturais para a obtenção de matérias-primas de uso essencial na Europa, que se encontrava em plena Revolução Industrial. Além do mais, os europeus precisavam escoar sua produção excedente para os povos ditos “primitivos”, alargando, assim, seus lucros comerciais. Costa (2005, p. 65) descreve tal processo da seguinte maneira:

[...] o capital financeiro exigia expansão e a conquista de novos mercados consumidores. A Europa se volta, mais uma vez, para a conquista de impérios além-mar, [...] nesses continentes podia-se obter matéria-prima bruta a baixíssimo custo, bem como mão de obra barata. Havia também pequenos mercados consumidores, além de áreas extensas ideais para investimentos em obras de infraestrutura.

Vale ressaltar que a própria Antropologia, em seu estágio embrionário, chancelou o etnocentrismo como algo científico e válido, o que demonstra que tal equívoco se deveu, hipoteticamente, à imaturidade científica dessa nascente ciência. Conforme Costa (2005), a Antropologia, influenciada pelas teorias biologicistas do Darwinismo Social, surge com o objetivo de validar as hipóteses científicas de superioridade dos europeus sobre os demais povos (asiáticos e africanos) para, posteriormente, dar àqueles o aval para usufruir, dominar, explorar e descaracterizar a cultura destes povos. A este fenômeno histórico deu-se o nome de “Partilha da África e da Ásia”. Assim sendo, quando o colonialismo europeu se desfez, povos e etnias da África e da Ásia ficaram em situação de penúria econômica e social e com suas culturas modificadas, hibridadas ou até mesmo destruídas.

É importante destacar que quando o etnocentrismo atinge níveis exorbitantes, tende a ser ainda mais nocivo. É o caso do etnocentrismo fundamentalista, uma forma exagerada e absoluta de etnocentrismo. Ocorre quando um grupo cultural julga a sua cultura como a “única” correta e superior, ou, em outras palavras, despreza totalmente as outras demais. Um exemplo clássico é o fundamentalismo religioso e totalizante de alguns grupos minoritários islâmicos.

A seguir, serão analisados alguns dos principais antropólogos que defenderam ideias evolucionistas de cunho etnocêntrico.

### **3 Principais antropólogos evolucionistas de cunho etnocêntrico**

A Antropologia, em sua fase inicial, tinha um forte viés evolucionista e etnocêntrico. Esses cientistas eram conhecidos como antropólogos “de gabinete”, por não terem o hábito de colher as informações culturais diretamente da fonte, isto é, não costumavam desenvolver suas análises através da pesquisa de campo. Os principais deles que merecem destaque são Edward Burnett Tylor, Lewis Henry Morgan e James Frazer.

Para o antropólogo Tylor, por exemplo, o enfoque de superioridade cultural não estava atrelado ao biológico, como afirmava Spencer, mas sim à razão. Tylor afirmava que todas as raças (ou etnias?) eram iguais em termos de capacidade física e cognitiva. O que as diferenciava umas das outras em grau de evolução cultural era o uso da razão (Antropologia, 2020c).

Pelo fato de Tylor também defender que algumas civilizações estavam em estágio cultural mais adiantado do que outras, deixa implícito que apesar de defender uma tese diferente daquela pregada por Spencer, deixava à mostra sua tendência em taxar algumas etnias de serem culturalmente mais evoluídas que outras; portanto, Tylor também defendia ideias etnocêntricas.

Outro antropólogo evolucionista a ser mencionado foi o inglês Lewis Morgan. Assim como Tylor, Morgan também foi contrário à teoria biologicista de Spencer. Morgan pregava que todas as civilizações teriam a mesma origem — a selvageria, seguida pelo período de barbárie e culminando no status de civilização, no qual o modelo de civilização máxima em termos evolutivos seria aquele constituído por homens brancos, monogâmicos e cristãos. Em outras palavras: o europeu (Antropologia, 2018).

Porém, como Morgan pregava que as diferentes civilizações se encontravam em estágios evolutivos diferentes, alguns países europeus civilizados e outros povos ditos primitivos, coexistindo na mesma escala temporal, seria possível deduzir que Morgan também hierarquizava os diferentes povos, elevando alguns e depreciando outros. Em suma, Morgan, em sua teoria evolucionista, também atestava ideias etnocêntricas.

Outro antropólogo famoso, o britânico James Frazer, também de cunho evolucionista, teceu a tese de que as sociedades humanas passam por três estágios: o primeiro, onde se concentrava o pensamento mágico e mítico; o segundo, o estágio religioso; e o terceiro e último estágio, o científico, tido como o mais avançado, segundo Frazer (Porto Editora, 20--).

No entanto, assim como Tylor e Morgan, Frazer afirmava que naquele momento, as sociedades encontravam em estágios evolutivos diferentes. Isto leva a crer que as ideias de Frazer manifestavam contrastes evolutivos entre diferentes sociedades num mesmo período de tempo, o que se deduziu que o mesmo antropólogo, conscientemente ou não, também defendia uma teoria de cunho evolucionista e etnocêntrico.

Os evolucionistas etnocêntricos analisavam e comparavam as diferentes civilizações como estruturas culturais em constante transformação em vias de progresso. Spencer justificava a superioridade de uns sobre os outros através da questão biológica, enquanto Tylor, Frazer e Morgan associavam-na a uma assincronia temporal.

Como se pode perceber, o etnocentrismo esteve e ainda está presente em várias esferas da cultura humana, tanto no tempo quanto no espaço. No entanto, com o avanço da

Antropologia como ciência, na segunda metade do século XIX, com os antropólogos indo a campo e estabelecendo contato por longos períodos com o “outro”, surgiram novas interpretações sobre a diversidade cultural humana; o outro passa a ser visto não mais como um ser humano culturalmente desigual e inferior, mas como um ser culturalmente diferente, fato este que lançou as bases para o surgimento de uma nova visão conceitual e interpretativa: o “relativismo cultural”, que será analisado a seguir.

#### **4 Relativismo Cultural**

Como analisado anteriormente, o etnocentrismo é um juízo de valor preconceituoso e depreciativo, calcado no senso comum. Porém, com o avanço dos estudos de campo na Antropologia, percebeu-se que uma cultura tida como “primitiva” ou mesmo “inferior” deve ser compreendida em seus próprios termos e não em relação à sociedade europeia, antes usada como parâmetro. Assim, o método comparativo, utilizado pelos evolucionistas, passa a ser questionado em sua validade teórico-analítica. Sendo assim, a Antropologia teve que rever seus conceitos a respeito do julgamento da cultura do outro através de um viés relativista. Segundo Assis e Nepomuceno (2008, p. 7):

A busca da superação do etnocentrismo toma como parâmetro o fato de que cada povo construiu um modo próprio de vida a partir da busca da satisfação de suas necessidades mínimas [...]. As diferenças entre as sociedades seriam oriundas de formas encontradas pelo homem para se relacionar com a natureza. [...] Portanto, cada povo deve ser entendido a partir do seu próprio modo de vida, de seus padrões — por mais estranhos que possam parecer. Os comportamentos são variados em relação aos mesmos fatos, cada grupo humano desenvolve valores e padrões de acordo com a conveniência dos mesmos.

Esse “ser entendido a partir do seu próprio modo” deve ser efetivado anulando a figura do cientista social como parâmetro central e fazendo-o colocar-se no lugar do outro, de forma objetiva e racional. Porém, ao contrário do que diziam os sociólogos de cunho positivista como Auguste Comte e Émile Durkheim, é difícil na área das ciências humanas, como a Antropologia e a Sociologia, olhar e julgar a cultura alheia de forma totalmente objetiva, visto que o ser humano é um ser dotado de intensa subjetividade. Não é por acaso que atualmente se utilize o termo “subjetividades”, no plural.

Tal descrição vem a corroborar o conceito de subjetividade em Max Weber. Segundo vídeo publicado pelo canal Poliedro Educação (Videoaulas, 2014), ao contrário do que pensava Comte ao imaginar que os fatos sociais poderiam ter sua subjetividade neutralizada e que se poderia criar uma ciência totalmente objetiva, uma espécie de física social, Weber afirma que



a neutralidade total seria impossível; por mais que o cientista social tentasse ser o mais objetivo possível, alguns resquícios de subjetividade “contaminariam” a pesquisa.

Obviamente essa dose de subjetividade acabaria por comprometer a pesquisa, fazendo com que a tese final não conseguisse explicar com exata fidelidade um determinado fenômeno social, podendo futuramente ser refutada em favor de outra teoria que melhor a justificasse.

Max Weber queria dizer que a subjetividade é a essência de cada ser humano que o torna único e diferente dos demais. Hipotetizando a partir do pensamento do filósofo brasileiro Teixeira (2011), pode-se deduzir que se os seres humanos fossem totalmente objetivos, desprovidos de subjetividade, então seriam todos iguais, na mente e no cérebro, como robôs, desprovidos de essência; seriam seres autômatos, segundo os estudiosos da filosofia da mente. Conforme Teixeira, o que dá vida e essência aos animais, humanos ou não, é a subjetividade.

Simplificando a partir de um exemplo fácil: a Matemática é uma ciência totalmente objetiva. Todos concordarão que  $1 + 1$  é igual a 2. Porém, esse raciocínio oriundo das ciências exatas não serve para as ciências sociais. Nestas, está embutida a visão “fenomenológica” dos objetos e fenômenos observados. Para a fenomenologia, a visão de um pássaro, por exemplo, desperta em diferentes indivíduos as mais variadas interpretações possíveis.

Em outras palavras, enquanto o positivismo de Auguste Comte dava ênfase à objetividade dos fatos e fenômenos observados, a fenomenologia critica a validade da objetividade, se aplicada às ciências humanas e sociais, e a substitui pela visão interpretativista desses mesmos fenômenos. A partir de então, os conceitos de subjetividade passaram a ser cada vez mais influentes dentro da ciência Antropológica, aumentando seu leque de visão do fenômeno cultural humano e tecendo um olhar mais complexo e respeitoso de tais fenômenos.

## **5 Os antropólogos da Segunda Geração — Relativizando o outro**

Os antropólogos *a posteriori* começaram a olhar as diferenças culturais não mais sob um viés evolucionista, passando a questioná-lo, a pô-lo em xeque. O primeiro antropólogo a inaugurar essa nova fase foi o teuto-americano Franz Boas. Pioneiro nessa questão, foi ele quem iniciou as sistemáticas pesquisas de campo. Antes dele os antropólogos raramente iam a campo, realizando um papel etnológico, uma espécie de Antropologia de gabinete. Franz Boas iniciou as primeiras pesquisas de campo, indo conviver diretamente com os diferentes povos, inaugurando a Antropologia etnográfica. A pesquisa de campo era mais completa, pois captava os dados e os analisava diretamente na fonte (Antropologia, 2020a).

Portanto, analisando o trabalho de Boas através do viés da filosofia da mente, dá-se a entender que Boas, talvez, tenha sido o primeiro antropólogo a ter uma experiência “qualia”, isto é, vivenciou e sentiu os aspectos culturais de outros povos na própria “pele”. Segundo o professor Giba, do canal de *YouTube* Pandeia (Antropologia, 2020a) os antropólogos anteriores a Boas faziam a atividade de campo de forma indireta. Quem coletava os dados eram missionários, religiosos ou aventureiros, que por não terem experiência em Antropologia coletavam dados distorcidos que eram enviados aos Antropólogos evolucionistas, os quais analisavam de forma indireta, isto é, não compartilhavam da experiência qualia. Portanto, os dados conclusivos, além de terem sido analisados pelos antropólogos evolucionistas através de um olhar etnocêntrico, pecavam muito em validade e fidedignidade.

Para o professor Giba (Antropologia, 2020a), Boas revolucionou a Antropologia, pois ao invés de explicar os povos em termos evolucionistas, como faziam os antropólogos anteriores a ele, analisava-os nas suas particularidades. Para o mesmo antropólogo, não era a questão biológica ou as assimetrias temporais que moldavam os povos, mas as particularidades geográficas, climáticas, históricas, econômicas, políticas, jurídicas e sociais. Uma dada civilização tinha uma cultura diferente não por questões evolucionistas, mas como resposta à conjuntura ambiental e social na qual estava inserida. Este particularismo de Boas tinha um viés circunstancialmente sistêmico.

No caso do Brasil, Spencer, por exemplo, provavelmente afirmaria que o brasileiro era um povo “atrasado” por causa das misturas de raças “supostamente” inferiores. Já Boas lançaria uma análise visando mais as particularidades. Provavelmente concordaria com Holanda (2014) ao afirmar que o “suposto” atraso cultural brasileiro (visto por ele de forma relativista) devia-se ao fato de o Brasil, por durante séculos, ter sido uma colônia de exploração “contaminada” pelos vícios do aventureiro colonizador português, de índole corrupta, patrimonialista, personalista, patriarcal, escravocrata, machista, preguiçosa, imediatista, exploradora, desorganizada, violenta etc.

Outro antropólogo que merece destaque dentro da Antropologia é o polonês Bronisław Malinowski. Por se tratar de um antropólogo funcionalista, inseria um olhar mais sistêmico, isto é, para ele a cultura geral de um povo era um conjunto de processos microculturais que agiam de forma interdependente. Outro aspecto de Malinowski foi seu olhar biologicista em relação à cultura. Porém, ao contrário de Spencer, Malinowski não hierarquizava a questão das raças ou etnias (Antropologia, 2020b). Sua teoria em relação à cultura tinha um caráter mais questionador do que determinista, preocupada mais em diferenciar as diferentes culturas em vez de hierarquizá-las, ao contrário de Spencer, que dava um caráter “desigual” às diferenças.

Malinowski marcou seu nome dentro da Antropologia por inserir a pesquisa participante. Para ele, na pesquisa participante, o observador deveria adentrar a fundo em um determinado grupo cultural, conquistando a confiança desse grupo para, posteriormente, fazer parte dele, deixando totalmente de lado sua própria ideia de cultura (Antropologia, 2020b). Porém, como já visto anteriormente, é impossível para o antropólogo desligar-se totalmente de sua cultura de origem e colocar-se ou focar-se de forma totalmente objetiva na cultura do outro.

Malinowski também apresentava um diferencial: dava ênfase à situação presente, ignorando quase que por completo os aspectos culturais do passado do grupo cultural no qual estava inserido como observador participante (Antropologia, 2020b). Dir-se-ia, portanto, que Malinowski dava menor ênfase ao aspecto arqueológico da Antropologia.

Outro pensador antropológico importante foi Claude Lévi-Strauss. De origem francesa, Lévi-Strauss sofreu influência da antropologia funcionalista de Malinowski, mas à medida que foi aplicando as ideias de seu antecessor, sua maneira de conceder o outro e sua cultura, criou a vertente estruturalista da Antropologia. Ao contrário do que pensava Malinowski, para quem os aspectos culturais de um povo estariam mais ligados a uma forma mais consciente de agir, Lévi-Strauss pregava que as formas culturais de agir de um povo estavam muito mais calcadas a um viés psicológico e psicanalítico (Antropologia, 2021).

Portanto, para Lévi-Strauss, a cultura de um povo estava estruturada em níveis diferenciados de aspectos culturais a nível inconsciente. Daí suas ideias terem um forte apego psicanalítico, lembrando em muito os conceitos de “arquetipo” e “inconsciente coletivo”, do psicanalista Carl Gustav Jung. Segundo o professor Giba (Antropologia, 2021), ao contrário do que pensavam os primeiros antropólogos, o civilizado é superior ao primitivo, mas apenas diferente. Portanto, Lévi-Strauss também questiona a questão do etnocentrismo, estabelecendo uma abordagem mais relativista.

Merece destaque, ainda, o trabalho antropológico da norte-americana Margaret Mead, que ao focar seu olhar nas questões de gênero acabou revolucionando o pensamento da época, discordando da ideia etnocêntrica ligada a papéis de gênero advindos de teorias que justificavam a inferioridade feminina, atribuindo tal submissão a leis naturais ou biológicas. Para Mead, as diferenças de papéis culturais relacionadas ao gênero tinham muito mais a ver com construções sociais históricas do que questões de diferença biológica de gênero (Gênero, 2021).

A partir deste enfoque, e na época em que viveu, Mead acabou influenciando as ideias feministas das décadas de 1960 e 1970. Suas ideias modificaram a tal ponto o pensamento

machista da época que as mudanças decorrentes de suas ideias são sentidas e estão presentes até hoje, principalmente nas sociedades ocidentais.

Enfim, os teóricos antropólogos da nova corrente teórica, mais bem alicerçada em fatos científicos, trouxe uma grande contribuição para essa nobre ciência. De fato, o relativismo cultural nascente revolucionou a Antropologia. Porém, em fins do século XX a noção de relativismo cultural também começou a demonstrar seus limites, sendo objeto de críticas do modelo universalista. É o que será visto a seguir.

## **6 Críticas ao Relativismo Cultural**

Quando a Antropologia ganhou mais corpo, com o advento do conceito de Relativismo Cultural, parecia que o problema do etnocentrismo estava sepultado. Porém, o relativismo abriu espaço para novas críticas, segundo as quais ele não dava conta de explicar algumas práticas culturais ditas “nocivas”. Um exemplo comum de prática cultural nociva é o que acontece em algumas tribos indígenas no Brasil. Segundo Rossi e Pereira,

Os homicídios nas tribos indígenas não acontecem em razão do estado puerperal da parturiente, mas sim por incentivo dos caciques e pajés das tribos em decorrência da cultura da comunidade indígena quando entendem, por exemplo, que a criança nasceu amaldiçoada (Rossi; Pereira, 2020, p. 87).

Outro exemplo é a Farra do Boi, que acontecia até algumas décadas atrás no estado de Santa Catarina. Nessa prática, os habitantes de determinadas comunidades de origem açoriana do litoral catarinense “brincavam” de forma violenta com o animal, matando-o aos poucos com requintes de crueldade. O animal tinha por vezes seus olhos vazados, sua cauda e patas cortadas, assim como seus chifres arrancados, recebendo por fim o golpe de misericórdia. E o que dizer então da prática da clitorectomia, o ato de arrancar o clitóris? Seria ela normatizada e relativizada como uma prática condescendente?

Obviamente, tais práticas culturais relativistas, elas próprias, passaram a ser relativizadas. Afinal, como manter-se condescendente com práticas que geram sofrimento e humilhação em nome do relativismo cultural?

Portanto, qualquer ser humano sensato pode compreender que extirpar clitóris de meninas púberes em regiões do continente africano, maltratar e dilacerar animais em práticas culturais, como a Farra do Boi, ou em cultos religiosos de origem afro-brasileira ou ceifar a vida de crianças indígenas por motivos culturais polêmicos não atende a critérios de relativismo cultural, isto é, nem toda prática cultural pode ser relativizada, chancelada e normatizada. E foi

em respeito aos direitos humanos que se desenvolveu a ideia de relativização do relativismo cultural, que será analisado no próximo item.

## **7 Relativização do Relativismo Cultural – A questão dos Direitos Humanos**

Após as atrocidades ocorridas no período da Segunda Guerra Mundial, como o holocausto de judeus, eslavos, ciganos e outras minorias étnicas, surgiu a necessidade de rever conceitos como etnocentrismo e relativismo cultural. Surge, em 1945, a Liga das Nações Unidas, com o intuito de intervir, defender e coibir tais atrocidades. Em 1948 é criada e sancionada por diversas nações a Declaração dos Direitos Humanos. Segundo Antonio e Dal Ri (2017, p. 1):

Os direitos humanos são conquistas e frutos advindos de acontecimentos históricos europeus, sendo a sua internacionalização demarcada pelo período pós-guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas. Com a internacionalização e a positivação desses direitos, a universalidade se tornou uma das principais características dos Direitos Humanos.

E, acrescenta que “O universalismo busca garantir que todas as pessoas, independentemente de qualquer condição, possuam Direitos Humanos” (Antonio; Dal Ri, 2017, p. 1). Portanto, a Universalização dos Direitos Humanos veio com o intuito de reconfigurar o conceito de relativismo cultural, colocando este sob o aval da Universalidade. Uma espécie de ética geral ao estilo Kantiano, comum a todos os povos e culturas, capaz de conciliar o relativismo cultural com normas de justiça e Direitos Humanos, em âmbito global.

A norma com ênfase na Universalidade passou a pôr em xeque determinados equívocos derivados do relativismo cultural. Assim, práticas como a Farra do Boi, a clitorectomia e o infanticídio infantil passaram a ser alvo de reflexões baseadas em normas éticas universais.

Porém, a Universalização dos Direitos humanos também vem recebendo críticas, com a suposição de que tais direitos estariam homogeneizando as culturas a nível global, descaracterizando-as e as uniformizando as sociedades:

A característica universalista dos direitos humanos sofre severas críticas por ser alegado que se trata de uma tentativa de homogeneizar as culturas, que não respeita a diversidade e peculiaridade de cada povo (Antonio; Dal Ri, 2017, p. 1).

Outra questão delicada é o embate entre aqueles que defendem o relativismo cultural e os que defendem a universalidade dos direitos humanos. Assim, nasce o conflito daqueles que

defendem o direito à vida (universalistas) e aqueles que defendem o direito à diversidade cultural, neste caso, os relativistas culturais (Rossi; Pereira, 2020).

Como se pode perceber, questões ligadas à questão humana são difíceis de ser equacionadas de maneira unânime, devido, em parte, ao fato de as Ciências humanas e Sociais serem áreas do conhecimento repletas de subjetividades e haver, conseqüentemente, inúmeros caminhos a serem escolhidos, inúmeras teorias divergentes, resultando num leque de teorias muitas vezes antagônicas, o que torna difícil um consenso entre as várias partes envolvidas. Cabe aos Sociólogos e Antropólogos chegarem a um consenso, não único, mas interdisciplinar, a fim de firmarem acordos teóricos mais amplos, complexos e minuciosos capazes de explicar de maneira mais coerente — dentro das possibilidades — tais fenômenos sociais.

## 8 Considerações finais

A partir da escrita do presente artigo foi possível compreender, sinteticamente, que a nascente ciência antropológica veio atrelada a um forte viés etnocêntrico. Na parte inicial do texto fora dada a definição de etnocentrismo, assim como sua gênese, características e conseqüências para os povos que dele são ou foram vítimas, uma vez que o comportamento etnocêntrico foi e é responsável por inúmeros conflitos como o racismo, a xenofobia, as guerras de conquista, a exploração e a fricção interétnica entre os povos, descaracterizando quase por completo os traços culturais de povos nativos.

Mais adiante, foram descritos os principais teóricos da incipiente Antropologia, de viés etnocêntrico, e como eles influenciaram, reforçaram e chancelaram tais práticas. Através do exposto, foi também possível compreender que os antropólogos que vieram *a posteriori*, como Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e Mead, entre outros, calcados numa ciência antropológica mais sofisticada e cientificista, expuseram e esclareceram que o etnocentrismo, além de ser uma prática preconceituosa e perversa, prejudicava a alteridade entre os diferentes povos. Em vista disso, puseram em xeque e passaram a questionar a questão do etnocentrismo.

Tal conceito começou a mostrar algumas limitações, entre elas o fato de que nem toda prática cultural poderia ser relativizada, o que, no entender dos antropólogos, poderia chancelar práticas culturais nocivas. Para tanto, surge a vertente Universalista, alegando que determinadas práticas que geram sofrimento e humilhação deveriam ser tratadas à parte, sendo coibidas.

Através desse entrave, nas últimas décadas iniciou-se, com o aval da Antropologia, o chancelamento do conceito de Universalismo, conceito este que limita o relativismo cultural até onde inicia o direito do “outro”.

Concluindo, a Antropologia, como qualquer outra ciência, nasceu com o intuito de melhorar a vida no planeta. Portanto, cientistas, poderes público e privado e a sociedade civil em geral precisam unir forças e investir intensamente em políticas públicas para o apoio, aperfeiçoamento e difusão da ciência para a ampliação de uma cultura mais justa e sustentável.

## Referências

ANTONIO, Carolina Calzolari; DAL RI, Luciene. O Relativismo Cultural e a Universalização dos Direitos Humanos no Direito Internacional Público. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 301-315, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/911/pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

ANTROPOLOGIA - A noção de cultura para Franz Boas: Particularismo, 2020a. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Paideia. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Qn4n1S\\_6qsY](https://www.youtube.com/watch?v=Qn4n1S_6qsY). Acesso em: 1º abr. 2022.

ANTROPOLOGIA - A noção de cultura para Lévi-Strauss: Estruturalismo, 2021. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo canal Paideia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ElIcsgHbW-M>. Acesso em: 1º abr. 2022.

ANTROPOLOGIA - Noção de cultura para Malinowski, 2020b. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Paideia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KBaKfgsDakM>. Acesso em: 1º abr. 2022.

ANTROPOLOGIA - Noção de cultura para Tylor, 2020c. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Paideia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HA0LRE87Z0>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ANTROPOLOGIA Evolucionista - Antropológica. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Leitura Obrigatória HISTÓRIA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2VagYtnrC0>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ASSIS, Cássia Lobão; NEPOMUCENO, Cristiane Maria. **Estudos Contemporâneos de Cultura**. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008.

CLONINGER, Susan C. **Teorias da personalidade**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COSTA, C. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GÊNERO e cultura: Margaret Mead, 2021. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Tulio Augustus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6of8SEbH6vU>. Acesso em: 1º abr. 2022.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PAIXÃO, Alessandro Eziquiel da. **Sociologia Geral**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PORTO EDITORA. **James Frazer na Infopédia [em linha]**. Porto: Porto Editora, [20--]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$james-frazer](https://www.infopedia.pt/$james-frazer). Acesso em: 4 jun. 2022.

RIBEIRO, A. S. P. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

ROSSI, Isabela Barros de; PEREIRA, Luciano Meneguetti. Universalismo e Relativismo Cultural: um estudo sobre a prática do infanticídio indígena no Brasil. **Revista Juris UniToledo**, Araçatuba, v. 5, n. 1, p. 82-102, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://ojs.toledo.br/index.php/direito/article/view/3353/573>. Acesso em: 26 out. 2023.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Mente, cérebro e cognição**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIDEOAULAS Poliedro | Max Weber. 1 vídeo (37 min), 2014. Publicado pelo canal Poliedro educação. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gq3wc1IIHPw&list=RDCMUCqb6YZ1AgSK9UW1DGhGGu5w&start\\_radio=1&rv=gq3wc1IIHPw&t=37](https://www.youtube.com/watch?v=gq3wc1IIHPw&list=RDCMUCqb6YZ1AgSK9UW1DGhGGu5w&start_radio=1&rv=gq3wc1IIHPw&t=37). Acesso em: 6 abr. 2022.

ZUCON, O.; BRAGA, G. G. **Introdução às culturas populares no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.